



ESALQ

SIMESPI



Edição
19

Boletim de Conjuntura Industrial

Editorial

A edição 19 do Boletim de Conjuntura Industrial mostra um panorama de aparente melhoria das expectativas de curto prazo. Houveram alterações nos índices de confiança dos setores fabris nos quais as associadas atuam. Os preços de insumos básicos tais como aço e condutores também mantém uma trajetória previsível, com tendência de queda.

Os fatores de ordem macroeconômica estão ensejando as respostas que o mercado financeiro desejou em muitos discursos e opiniões, para a inflação, PIB, reforma tributária (seção especial nesta edição) e a Taxa de Juros, esta última, motivo de discussões acaloradas.

Entretanto, apesar das notícias alvissareiras o que se nota na atividade industrial é uma trajetória incerta no número de empregados

e nas produções físicas.

Os bens de consumo estão com um desempenho razoável, condizente com políticas econômicas já praticadas no Brasil. Mesmo com a lição do passado, e os números das indústrias de bens de capital e bens intermediários oscilando de formar errática, ao que parece, a palavra “continuidade” ainda ecoará quando se trata do parque industrial. De outra forma, os alicerces produtivos constituídos por setores básicos deve ser alvo de atenção por parte do gestor econômico. Talvez o conhecido “efeito chicote” da demanda, não seja suficiente para transmitir o aquecimento dos bens de consumo para os demais do complexo industrial de forma sustentável.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Panorama e Tendências da Indústria

Perspectivas da indústria em Agosto de 2023

Esta seção tem por objetivo relatar alguns acontecimentos que são importantes para entender a dinâmica industrial no mundo e no Brasil apontar os desafios e perspectivas. Vamos começar comentando alguns aspectos relevantes da dinâmica mundial e em seguida um panorama das principais questões no Brasil.

Um dos destaques na discussão dos possíveis rumos para a indústria do futuro tem sido a rota da adoção do hidrogênio verde como fonte de energia. Entende-se como sustentável o hidrogênio produzido com uso de energia renovável e sem impactos ambientais. Deste modo, países com matriz energética renováveis tem bom potencial para este mercado, dentre eles o Brasil.

Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo publicada em 26 de junho de 2023, foram anunciados cerca de 360 projetos de produção de hidrogênio verde no mundo, totalizando a produção de 60 milhões de toneladas em 2030. A consultoria A&M Infra estima que serão demandadas 90 milhões no mesmo ano, com um déficit de 30 milhões de toneladas. Por sua vez, A Deloitte estima que haverá uma demanda de 172 milhões de toneladas em 2030, puxada pela necessidade de descarbonização da produção.

Apenas 5% dos projetos anunciados já estão operando em escala piloto, e que tem o objetivo de desenvolver o processo produtivo e permitir a elaboração de projetos industriais no futuro.

Estudo feito pelo banco de investimento Goldman Sachs mostra que até 2050 o mercado de hidrogênio no mundo ultrapassará US\$ 11 trilhões. Por sua vez a Deloitte estima que a demanda em 2050 será da ordem de 600 milhões de toneladas, sendo que a maior parcela será do setor de transporte e do segmento de ferro e aço. Estas perspectivas são baseadas no potencial do produto, que tem três vezes mais energia do que a gasolina com a vantagem de ser uma fonte limpa e que contribui para a descarbonização das cadeias produtivas.

Do ponto de vista regional, a maior demanda em 2050 deverá ser da China, Estados Unidos, Índia, Resto do mundo (América Latina e África equatorial) e Europa, seguidos por Norte da África e Oriente Médio e Japão e Coreia do Sul. Esta regionalização permite o comentário de que as projeções são de que a indústria deverá continuar se concentrando na Ásia, com protagonismo de China, Índia, Japão e Coreia.

E como fica o Brasil neste cenário? Com amplo potencial para geração eólica e solar, o Brasil teria capacidade de produzir hidrogênio verde para consumo próprio e para exportação.

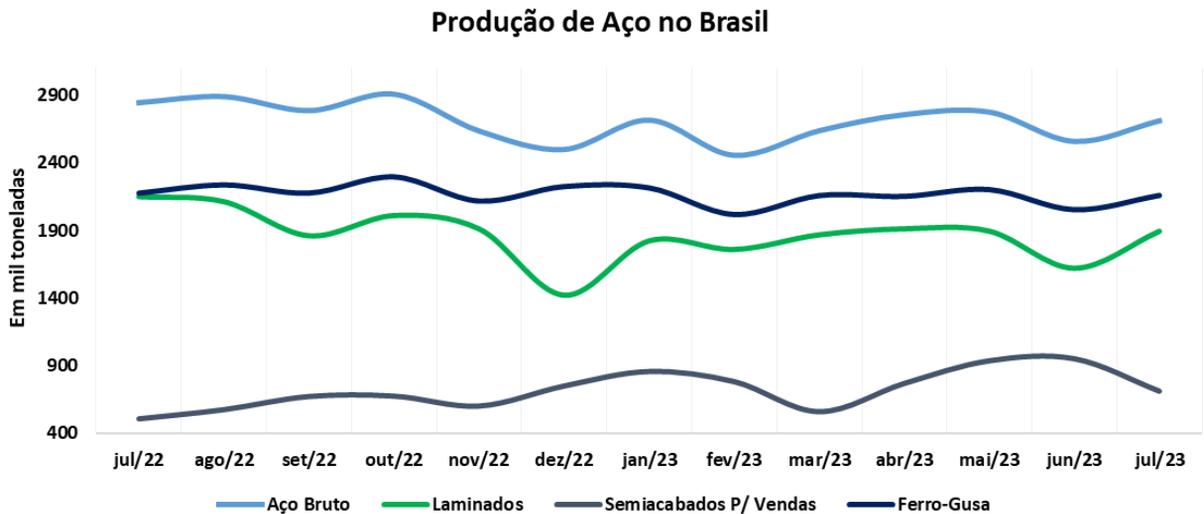
O Ministério das Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mostram que existem diversos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em escala piloto no Brasil. Contudo foram anunciados três projetos em escala industrial de hidrogênio verde: o Hub de Hidrogênio Verde do Estado do Ceará, no Porto de Pecém; 1 projeto no Porto de Suape, em Pernambuco; e outro no Porto do Açu, no Estado do Rio de Janeiro. Esses projetos estão em fase de estudos de viabilidade técnica e econômica, mas sem o devido amadurecimento da tecnologia de produção.

As iniciativas para projetos no País estão sendo tomadas individualmente pelos Estados, em parceria com empresas privadas nacionais e internacionais. Estes projetos focam contudo, em produção e não estão planejando comercialização, logística de transporte e localização das plantas. Isso pode deixar o Brasil de fora da corrida para abastecer países com forte demanda potencial, principalmente na Europa. Em contraponto, outros países saíram na frente, com planos bem estruturados pelos governos para desenvolver não apenas a produção, mas também a comercialização e transporte, além de linhas de financiamento e subsídios para incentivar os investimentos.

Estados Unidos e Europa anunciaram planos de incentivo à produção de hidrogênio Verde com volumes de recursos vultosos e estão iniciando contatos com países que possam ser parques de produção relevantes. Chile e Austrália estão em posição relevante nesta disputa, devendo se tornar exportadores em cerca de 5 anos e com capacidade de atender a parte da demanda estimada para 2030.

O Brasil precisa dar atenção a esta oportunidade e começar a se estruturar para atender a esta demanda mundial. Mas devemos olhar para além da produção para exportação. O Brasil tem forte potencial também para atrair investimentos estrangeiros diretos para a instalação de indústria consumidoras de hidrogênio verde no Brasil, gerando empregos e contribuindo para uma pauta de exportação mais relevantes de produtos com médio conteúdo tecnológico.

Produção de aço



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Aço Brasil

A produção de Aço Bruto brasileira passou de 2.559 em junho, para 2.711 milhões de toneladas em julho, o que representou crescimento de 5,95%.

A produção de laminados teve o maior aumento entre os indicadores analisados, com 16,7 %, na mesma base de comparação.

O Ferro Gusa, principal insumo para a produção de Aço, manteve a tendência de crescimento, com variação de 5,2% na produção.

Os Semiacabados foram o único indicador com queda na produção, com variação negativa de 25,1%.

Embora as comparações com o mês imediatamente anterior apresentem

melhoras na produção, quando comparados com o mesmo mês do ano passado, o Aço Bruto apresentou queda de 5%. O Ferro gusa, oscilação negativa de 0,8% na mesma base de comparação. O único indicador que apresentou aumento da produção, em relação a julho de 2022, foram os Semiacabados, com aumento de 41% na produção.

Comercialização



Fonte: Aço Brasil

O Instituto Aço Brasil relata que o Consumo Aparente cresceu de 1.950 para 1.977 milhões de toneladas entre os meses de junho e julho, o que representou aumento de 1,4%.

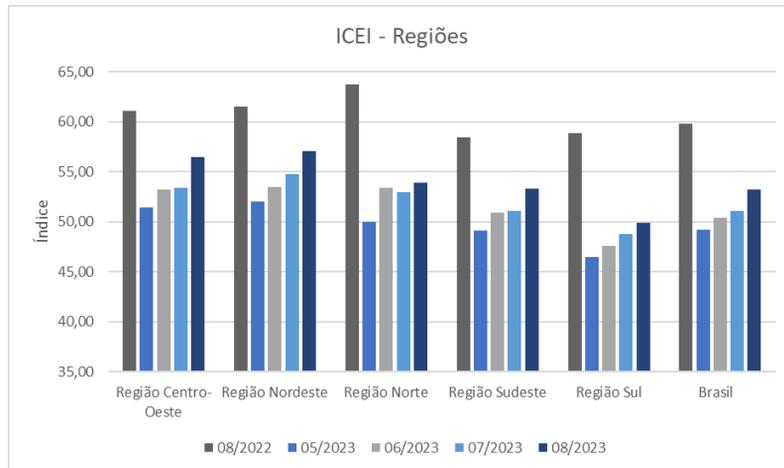
As Vendas Internas apresentaram redução de 1,3% no período analisado. O mesmo ocorreu com as Vendas Externas, porém com magnitude de 14,1% no volume comercializado.

As exportações obtiveram o decréscimo mais significativo dentre os indicadores analisados, com variação de 30,6%. As importações cresceram 22,9% na comparação com junho.

Já na comparação com julho de 2022, o consumo aparente registrou aumento de 0,8%. As Vendas Externas aumentaram em 44,6% e as Vendas Internas diminuíram em 8,4%. Nas exportações queda de 13,8%. Já as importações cresceram 78,5%.

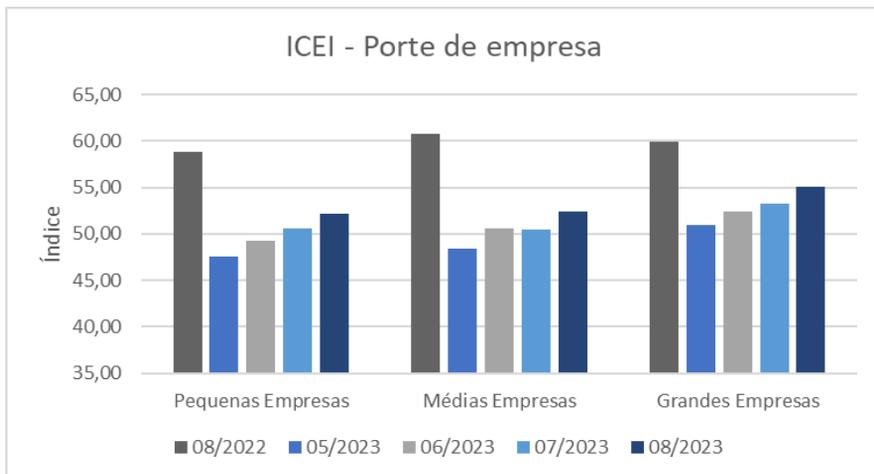
Conforme a análise do Aço Brasil “chama a atenção o fato de um mês com queda nas vendas internas o consumo aparente ter aumentado exclusivamente devido ao crescimento de 22,9% das importações.”

Índice de Confiança do Empresário Industrial



No mês de agosto, observou-se um aumento na confiança em todas as áreas geográficas do Brasil, com destaque para um avanço significativo na região Centro-Oeste (+3,1 pontos). Além disso, as regiões Nordeste (+2,3 pontos) e Sudeste (+2,2 pontos) também registraram um crescimento na confiança. Nas

regiões Sul (+1,1 ponto) e Norte (+0,9 ponto), o aumento foi moderado. Comparado ao desempenho de julho, apenas a região Sul não demonstra confiança, permanecendo abaixo dos 50 pontos.



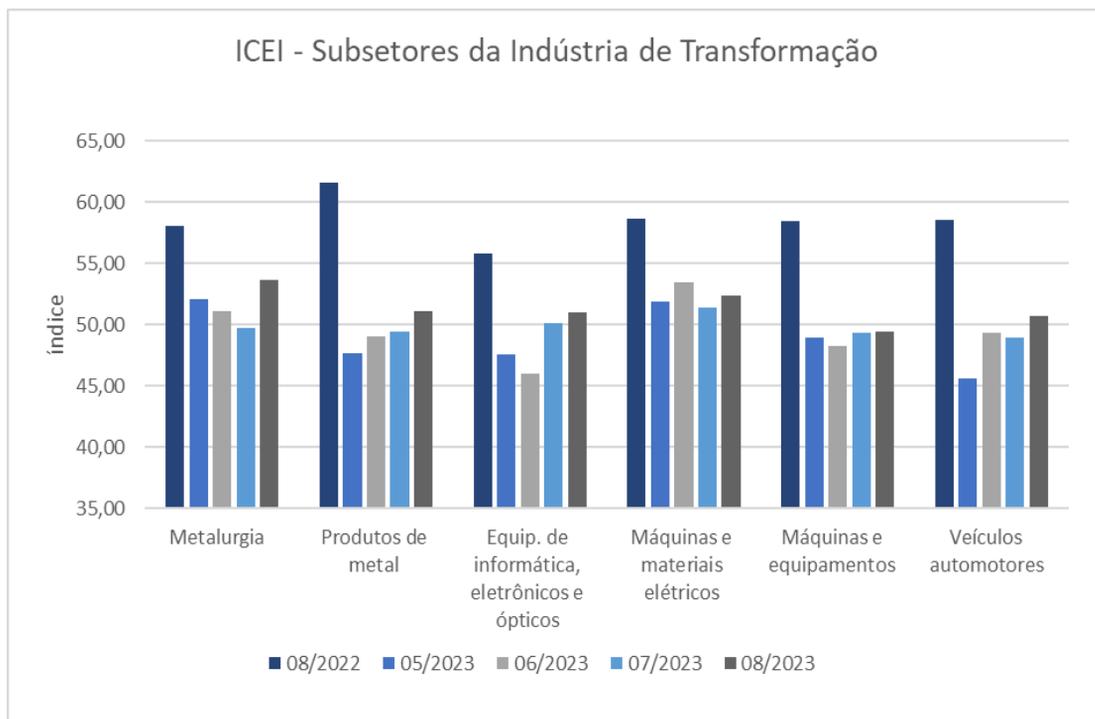
Em agosto, a confiança registrou avanços em empresas de pequeno, médio e grande porte. Nas pequenas empresas, houve um aumento de 1,6 pp, nas médias o avanço foi de 1,9 pp, e

nas grandes empresas, o índice cresceu 1,8 pp. Esses resultados indicam que todos os segmentos da indústria caminham para a confiança nos últimos meses.

Índice de Confiança do Empresário Industrial

Em agosto o cenário continuou positivo. Em julho, pela primeira vez no ano, todos os segmentos industriais, independentemente do tamanho, demonstraram confiança.

Esse movimento marca a transição da ausência de confiança para o estado de confiança, indicando uma mudança significativa nas expectativas dos empresários.



O subsector de Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos entrou em desaceleração, após a subida de 9% do mês de julho. Em agosto, pontuou 51 pontos que em termos percentuais significou um aumento de 2%.

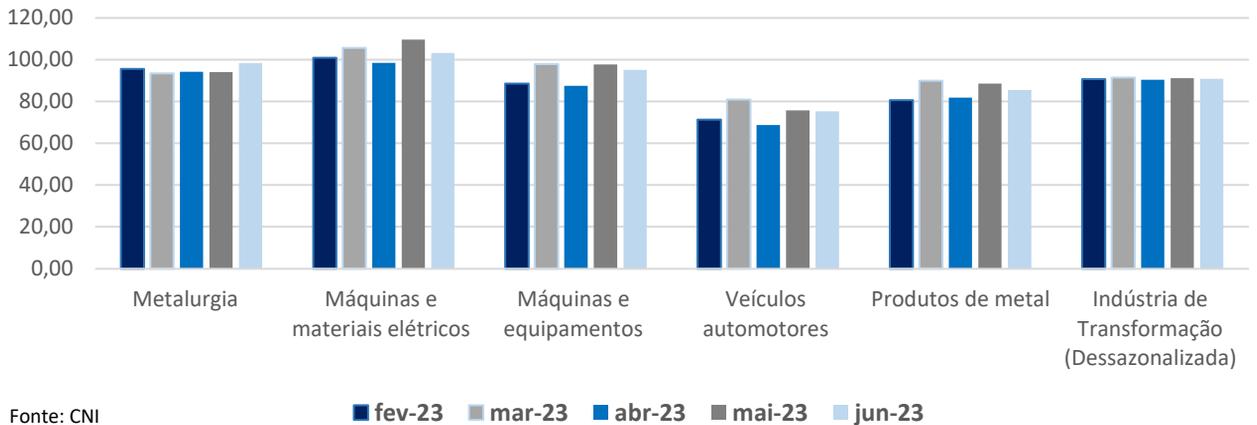
A Metalurgia se recuperou da queda

ocorrida no mês passado para o estado de desconfiança, crescendo 8% em relação a julho com a marca de 53,7 pontos.

O subsector de Máquinas e equipamentos continua no estado de desconfiança. Com um tímido crescimento de 0,2%, atingiu o valor de 46,4 pontos, permanecendo como único setor com desconfiança.

Horas trabalhadas na produção

Horas trabalhadas na produção - base fixa - Brasil - CNI



De acordo com os índices calculados pela Confederação Nacional da Indústria, verificou-se queda de 0,22% nas horas trabalhadas na produção da Indústria de Transformação entre maio e junho. Em comparação a janeiro de 2023, observa-se queda de 0,65% no semestre.

Dos setores analisados, o de metalurgia foi o único em que se observou aumento na quantidade de horas trabalhadas, no valor de 4,57%. A redução mais expressiva ocorreu na indústria de Máquinas e materiais elétricos, 5,84%, seguida pelo setor de Produtos de Metal, queda de 3,39%, pelo setor de Máquinas e equipamentos, com retração de 2,66%, e por fim, o setor de Veículos automotores, com diminuição de apenas 0,66%.

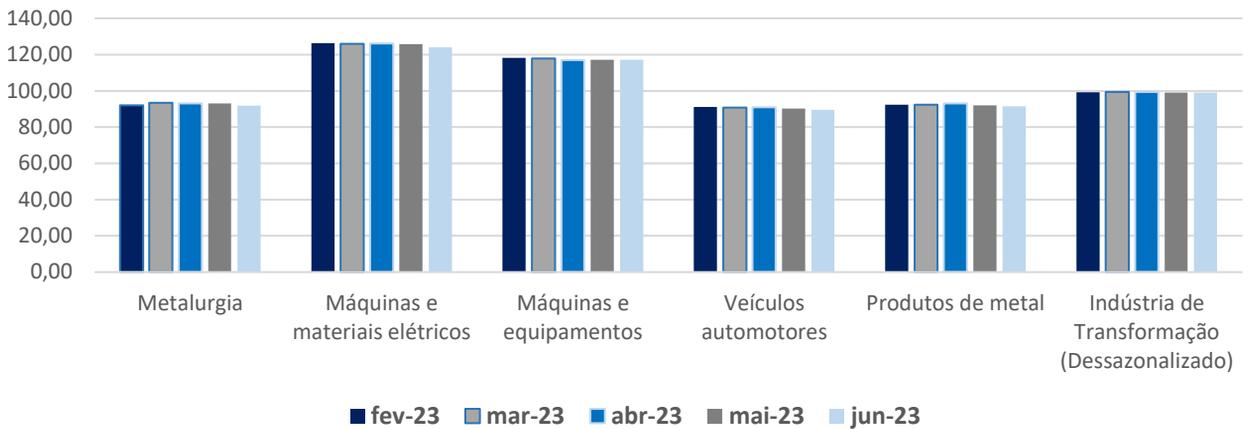
Em comparação ao mês de abril, todos os setores apresentaram aumento na quantidade de

horas trabalhadas: 9,45% para o setor de Veículos automotores; 8,69% para o setor de Máquinas e equipamentos; 4,88% para o setor de Máquinas e materiais elétricos; 4,40% para o setor de Produtos de metal; e 4,35% para o setor de Metalurgia. As horas trabalhadas na Indústria de Transformação como um todo cresceu em 0,55%.

No contexto semestral, o índice de horas trabalhadas na produção apresentou oscilação semelhante àquela observada ao longo do ano, cuja tendência é a intercalação entre resultados ligeiramente positivos e ligeiramente negativos.

Número de empregos

Emprego industrial - base fixa - Brasil - CNI



Fonte: CNI

O número de empregos nos setores industriais de transformação apresentou resultado estável entre maio e junho, conforme dados aferidos pela CNI. No semestre, a variação verificada é uma queda de 0,60% entre os meses de janeiro e junho.

Com exceção do setor de Máquinas e equipamentos, que permaneceu estável entre maio e junho, nota-se retração no número de empregos para todos os outros setores analisados, sendo observado os seguintes resultados: queda de 1,43% no setor de Máquinas e materiais elétricos, redução de 1,29% no de Metalurgia, 0,78% no setor de Veículos automotores e 0,54% no de Produtos de metal.

Em comparação com o mês de abril, os resultados de junho apontam aumento de

0,09% no número de empregos do setor de Máquinas e equipamentos. Em contrapartida, houveram decréscimos: 1,72% no setor de Produtos de metal, 1,67% no setor de Máquinas e materiais elétricos, 1,43% no setor de Veículos automotores e de 1,18% para o setor de Metalurgia.

Segundo a área de Análise Econômica da CNI, os dados coletados recentemente apontam tendência de queda.

Indicadores de Preço

Aço Nacional							
Indicadores (%)	jul	jun	mai	abr	mar	fev	Acum. 12m.
BQ	-2,07	-4,95	0	+0,96	-2,41	-0,27	-14,72
BF	-2,11	-2,99	0	0	-2,63	-0,26	-12,34
CG	-2,21	-4,01	0	0	-2,77	-3,02	-15,96
ZINCADO	-2,23	-2,56	0	0	-0,08	0	-10,13
GALVALUME	-3,66	-2,06	-2,02	-2,08	0	0	-19,58
XADREZ	-1,86	-4,90	0	-0,07	-2,78	-0,07	-16,05
ARAME	-0,62	+0,73	0	0	-0,73	0	-8,97
BARRA CHATA	-0,59	-1,04	-6,01	+10,06	-2,05	0	-7,43
BARRA REDONDA	-1,05	-0,26	-5,95	+10,01	-2,06	0	-7,62
CANTONEIRA	-0,95	-0,13	-6,05	+10,06	-2,49	-2,24	-3,72
PERFIL I	-0,85	-2,26	-5,87	+10,02	0	0	-1,74
PERFIL UDC	-2,21	-4,84	0	+0,27	-2,67	0	-13,62
PREGO	+3,21	-8,40	-3,25	0	0	0	-17,82
TELA	-0,44	+3,87	-10,04	+7,73	0	0	-5,42
TELHA	-3,54	-4,84	0	0	-0,06	2	-9,22
TUBO	-0,53	-1,12	0	0	-0,07	0	-5,30
VERGALHÃO	-0,47	-4	0	+10,01	-0,21	-5,87	-10,13
CHAPA INOX	-4,86	-1,06	0	-2,74	0	0	-2,91
BARRA INOX	-4,60	-1,14	0	-4,86	0	0	-6,39
CANTONEIRA INOX	-4,83	-0,53	0	-1,06	0	0	-0,19
TUBO INOX	-4,90	-1,73	-0,36	-0,61	0	0	-3,11
SUCATA	-3,60	-4,23	+0,79	+2,53	-2,58	+4,82	-25,92
Aço Importado							
Indicadores (%)	jul	jun	mai	abr	mar	fev	Acum. 12m
HRC	+1,10	+1,28	-5,71	-6,85	-0,51	+1,18	-10,86
CRC	+1,71	-1,59	-2,24	-5,98	-0,67	+2,05	-6,96
HDG	+0,87	+1,59	-3,66	-5,07	-0,23	+0,78	-9,34
PLATE	+1,05	-1,67	-4,12	-2,99	-1,14	+1,56	-10,47
REBAR	-0,13	+0,20	-4,68	-5,23	-1,39	+0,67	-13,21
WIRE ROD	-0,14	+1,10	-4,76	-5,64	-1,41	+0,94	-12,19

Indicadores de Preço

O mercado interno de aço teve a predominância de preços em declínio no mês de Julho. Em boa parte dos casos as reduções são pequenas, não se descartando o termo “estabilidade” ao se referir às cotações.

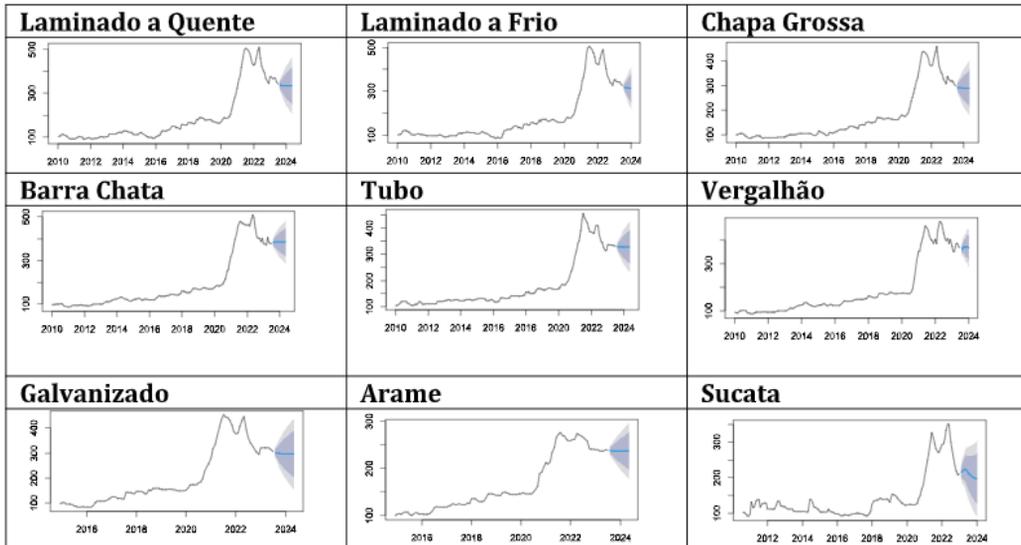
As vendas efetuadas pelos distribuidores do metal diminuíram 14% entre maio e junho, e a elevação dos estoques situa-se em torno de 1,1% segundo o INDA.

Apesar dos preços dos importados terem tendência de alta, os

produtores internacionais têm redirecionado as vendas para o Brasil, diante de uma demanda menor no mundo.

A demanda fraca, juros elevados e o aumento crescente de produtos acabados importados no segmento metalmeccânico são potencializados com o câmbio valorizado. A siderurgia tem sofrido com margens de lucro mais apertadas devido a custos mais altos, vindo à tona o questionamento de maior proteção à indústria nacional.

Previsão de Preços do Aço

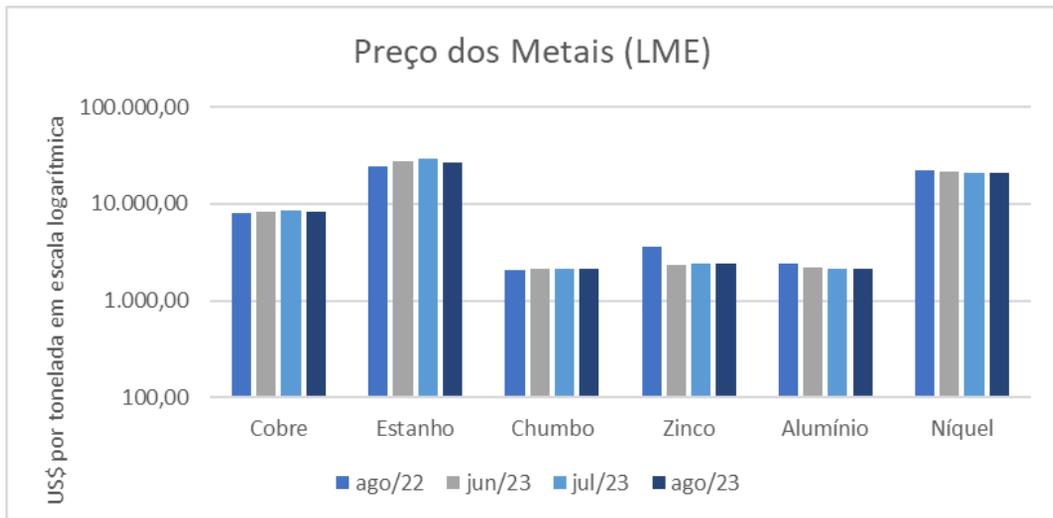


As previsões a partir dos preços coletados na fonte INFOMET mostram variações dentro do relatado nas edições prévias deste Boletim. A tendência central caminha dentro um padrão de estabilidade ou queda gradual de até 7 pontos ao longo de 10 meses para a maioria dos aços. Vale a pena ressaltar algumas exceções: o “Vergalhão” com perspectiva de aumento de 1 ponto e “Sucata”, queda mais acentuada. No mercado internacional há a perspectiva de diminuição do valor no aço nos próximos meses. Mas esta tendência pode ser revertida por conta dos aumentos recentes no preço do minério de ferro causado pela maior demanda da China.

aparentemente mostram um ponto de inflexão. Portanto, foram introduzidos componentes sazonais válidos estatisticamente com o objetivo de verificar possíveis alterações nas trajetórias. O “Laminado a quente” mostrou aumento a partir de dezembro deste ano; neste mesmo mês o “Laminado a frio” aparentemente reverte as quedas, “Chapa grossa” e “Tubo”, em janeiro de 2024. Já para o “Galvanizado” possíveis aumentos em fevereiro do ano que vem. Estas variações baseiam-se no mérito iminentemente estatístico de validade dos parâmetros para os tipos analisados.

Simulações: alguns tipos de aço

Preço dos metais



Os preços do cobre têm mantido certa estabilidade no curto prazo, devido à demanda chinesa menor; para o longo prazo, a possível renovação da matriz energética global alicerça temores de escassez do produto.

O zinco também depende do fator China e também de como as políticas monetárias contracionistas afetam a demanda nos EUA e Europa. O crescimento de 1.9% no zinco refinado não surtiu efeito em reduzir as cotações. O estanho possui dinâmica parecida: houve proibição da produção no estado de Wa, que não afetou os recentes aumentos, devido

à demanda enfraquecida e os estoques elevados despejados por traders pouco antes da proibição.

Os preços do alumínio tiveram um alívio da pressão altista com as menores restrições de energia elétrica e a retomada da produção na região de Yunnan. Apesar das várias questões e incertezas envolvendo Rússia, China e EUA, o mercado do níquel mostra superávit de oferta devido a maior produção na Indonésia e Filipinas.

Indicadores Macroeconômicos

Taxas do INPC – 2023 (jul/23 - jul/22)

Mês/ano	Ao mês (%)	Ac. ano (%)	Ac. 12 meses (%)
Jul/23	-0,09	2,59	3,53
Jun/23	-0,10	2,69	3,00
Mai/23	0,36	2,79	3,74
Abr/23	0,53	2,42	3,83
Mar/23	0,64	1,88	4,36
Fev/23	0,77	1,23	5,47
Jan/23	0,46	0,46	5,71
Dez/22	0,69	5,93	5,93
Nov/22	0,38	5,21	5,97
Out/22	0,47	4,81	6,46
Set/22	-0,32	4,32	7,19
Ago/22	-0,31	4,65	8,83
Jul/22	-0,60	4,98	10,12

Fonte: IBGE

Indicadores Macroeconômicos

Taxas do INPC – 2023 (jul/22 - jul/23)

No mês de julho de 2023, de acordo com o IBGE, foi registrado deflação de 0,09% no país. Os destaques deste mês são os setores de: alimentação, habitação e transportes.

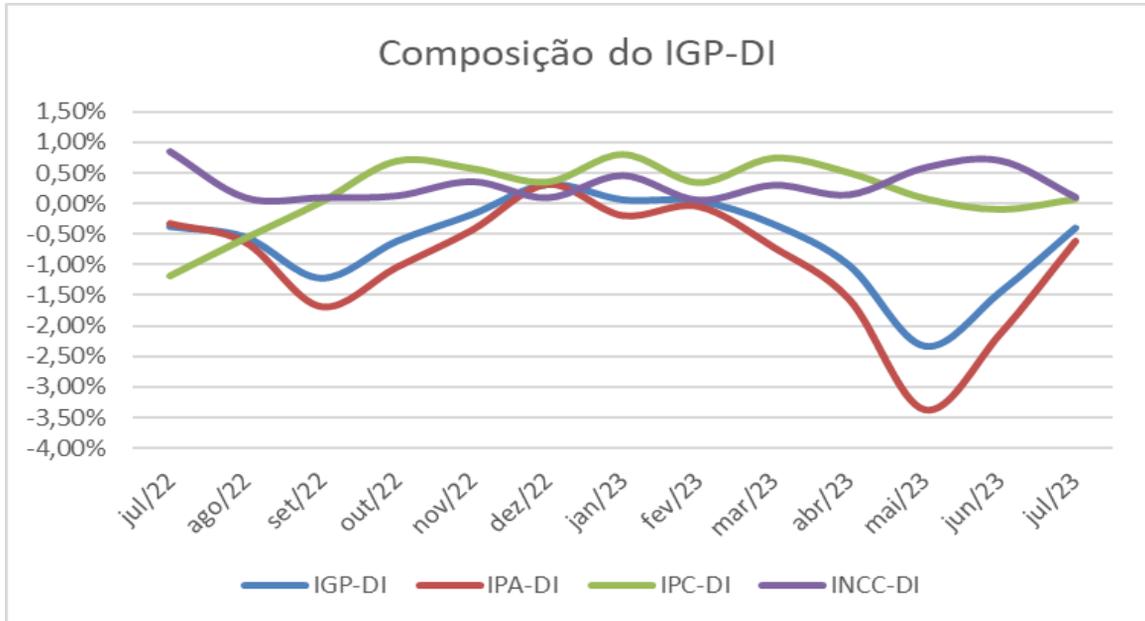
Na área de alimentação e bebidas, foi registrada deflação de 0,59%, frente a deflação registrada no mês anterior de 0,66%. O valor registrado em julho tem como causas a queda na alimentação doméstica (0,81%), puxada pelas quedas nos mais diversos tipos de feijão, de carnes (variação de -2,23%) e de outros produtos que juntos compõem a base nutricional das refeições brasileiras.

No setor de habitação, houve deflação de -1,16% neste mês de julho em comparação com o valor de 0,51% registrado no mês anterior. A principal justificativa para a deflação deste mês está no item de energia. Em junho, já havia sido registrado queda neste item, no valor de 0,01%; porém, em julho, este item obteve uma queda ainda maior: de 3,11%. O destaque é a queda expressiva da energia elétrica em 3,94%, fruto das boas condições de geração de energia no país que causaram a "bandeira verde" na conta de luz, de acordo com a ANEEL.

O setor de transportes, no mês de julho, registrou 1,17% de inflação frente a deflação de 0,34% que ocorrera no mês anterior. Ainda que os transportes públicos tenham se tornado mais baratos (deflação de 1,05%), o setor sofreu um forte impacto do fim do programa do Governo Federal para compra de automóveis novos, e, por isso, este mesmo item apresentou forte alta de 1,83%, assim como o aluguel de automóveis ascendeu 9,23% neste mês.

Portanto, no mês de julho, pode-se observar o impacto na economia motivado por diversas influências. Em relação à alimentação, assim como no último mês, foi observada a deflação motivada pela queda da "alimentação doméstica". Para a habitação, o destaque foi a diminuição do item de energia elétrica em quase 4%. Por fim, para os transportes, diferentemente de junho, o fim do programa do Governo Federal para compra de novos automóveis causou uma inflação expressiva para este setor.

Indicadores de inflação



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

O IGP-DI da FGC no mês de julho registrou deflação pelo quinto mês seguido, desta vez com intensidade de 0,40% em comparação com o 1,45% registrado no mês anterior. Dessa forma, o índice acumula queda de 5,35% no ano de 2023.

No Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) foi aferida queda de 0,61% frente ao valor negativo de 2,13% durante o mês de junho. De maneira geral, atribui-se a menor deflação deste mês a algumas commodities que voltaram a ter seus preços em ascensão. Destacam-se a soja em grãos, com aumento de 3,82% e o minério de ferro, com crescimento de 1,95%. Porém, houve também os itens com performance negativa, contribuindo com a deflação registrada neste mês: café em grão (-11,26%), a gasolina (-7,46%) e a batata-inglesa (-18,75%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou uma pequena inflação de 0,07% em julho de 2023. De acordo com a FGV, este aumento pode ser justificado pelo fim do programa do Governo Federal para compra de novos automóveis, o que arregimentou 0,69% positivo no mês.

Além disso, a volatilidade internacional do barril de petróleo causou o crescimento da gasolina no mercado nacional: foi observado aumento de 4,08%. Em compensação, assim como apontou o INPC do IBGE, a energia elétrica ficou mais barata em -4,64%, e o transporte público, -2,78% para o ônibus urbano.

Por fim, o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), mais uma vez, mostrou inflação; desta vez, de 0,10%. Aponta-se como fator de aumento do indicador o aumento nos serviços de construção (0,50%), assim como os serviços de eletricitista (0,52%) e de engenheiro (0,73%).

Indicadores de inflação

Taxa de inflação (IPCA) por faixa de renda (em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	Maio 2023	Junho 2023	Julho 2023	Ano	12 meses
IPCA	0,23	-0,08	0,12	2,99	3,99
Renda muito baixa	0,33	-0,16	-0,28	2,19	3,44
Renda baixa	0,32	-0,12	-0,14	2,53	3,60
Renda média-baixa	0,27	-0,11	0,02	2,86	3,84
Renda média	0,21	-0,09	0,23	3,18	4,12
Renda média-alta	0,19	-0,08	0,36	3,42	4,46
Renda alta	-0,08	0,10	0,50	3,54	5,09

Fonte: IBGE/IPEA

No mês de julho de 2023, diferentemente daquilo registrado no período anterior, a economia brasileira registrou inflação positiva, na intensidade de 0,12% para o IPCA. Com base neste dado do IBGE, o (IPEA) calcula esta mesma inflação segmentada para seis diferentes faixas de renda.

Da mesma forma que no mês passado, observa-se que, quanto maior a faixa de renda, maior foi a inflação registrada. Inclusive, as duas faixas de renda que indicaram deflação neste mês (rendas muito baixa e baixa) a sofreram de uma maneira ainda mais expressiva em comparação com junho. De maneira similar, as duas faixas mais altas sofreram inflações mais significativas em comparação com as do período anterior.

No geral, em todo o ano de 2023, as faixas muito baixa e baixa são as que menos

sofreram com a inflação, 2,19% e 2,53%, respectivamente, e, também no acumulado, nota-se uma inflação maior para as faixas mais altas. No recorte deste trimestre, somente o mês de maio não seguiu a tendência descrita acima; naquele mês, foram as faixas maiores que sofreram menor inflação.

A análise do espectro setorial denota o grupo de produtos que mais impactou positivamente a inflação sofrida pelos grupos alto e médio-alto de renda: os responsáveis foram o grupo de transportes, com 0,42% e 0,38%, respectivamente. Em comparação, a faixa muito baixa foi impactada em somente 0,15%. De maneira similar, o setor de habitação se fez menos influente para os membros da faixa muito-baixa (-0,26%), do que para a faixa alta, -0,05%.

Indicadores de inflação

Taxas de IPCA, INPC e IGP-DI – 2023 (jun/23 - jun/22)

Mês/ano	IPCA (%)	INPC (%)	IGP-DI (%)
Jul/23	0,12	-0,09	-0,40
Jun/23	-0,08	-0,10	-1,45
Mai/23	0,23	0,36	-2,33
Abr/23	0,61	0,53	-1,01
Mar/23	0,71	0,64	-0,34
Fev/23	0,84	0,77	0,04
Jan/23	0,53	0,46	0,06
Dez/22	0,62	0,69	0,31
Nov/22	0,41	0,38	-0,18
Out/22	0,59	0,47	-0,62
Set/22	-0,29	-0,32	-1,22
Ago/22	-0,36	-0,31	-0,55
Jul/22	-0,68	-0,60	-0,38

Fonte: IBGE e FGV

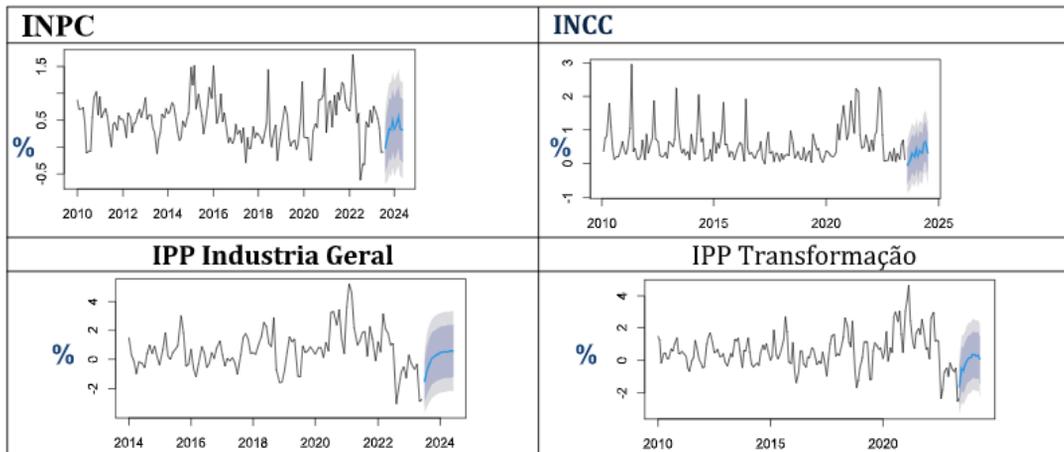
Diferentemente do ocorrido no mês de junho, dessa vez o INPC e IPCA apontam tendências diferentes. O IPCA sofreu menor impacto da queda dos preços dos transportes públicos do que o INPC. Em valores numéricos, a queda dos transportes públicos no INPC foi de 1,05%, enquanto no IPCA foi de apenas 0,18%.

O IGP-DI, mais uma vez, apresentou um resultado diverso dos outros devido à persistência de números mensais negativos, caracterizando de fato uma deflação. Além disso possui um peso

muito grande da produção ou afetado pelas cotações da mesma. Dessa forma variações em commodities afetam muito mais o IGP-DI do que os demais (representado ultimamente pela soja, por exemplo).

Entretanto, é importante notar que, mais uma vez, os três indicadores sofreram, neste mês, das mesmas influências que atingiram a economia: a alta dos automóveis novos, aumento dos combustíveis (principalmente a gasolina) e queda da energia elétrica.

Indicadores de inflação



O INPC acumulado com as estimativas até o final de 2023 situa-se próximo de 3,91% (linha azul). Os valores mensais vem declinando desde maio, culminando nas cifras negativas em junho e julho, sendo determinantes desta nova perspectiva. As possíveis variações estão entre +6,58% e +8,16% (áreas sombreadas).

O IPP ainda mostra valores negativos desde o ano passado, ou seja, o valor dos preços ao industrial tem sofrido deflação. A Indústria de Transformação pode acumular em 2023 nova estimativa de -7,84% mesmo se o IPP se tornar positivo a partir de outubro.

Os intervalos possíveis de variação estão entre -1,64% e 2,76%. A Indústria Geral acumula -8,05% neste ano, mesmo com a provável reversão dos valores negativos também em outubro. As variações possíveis são de +1,51% e +6,97%.

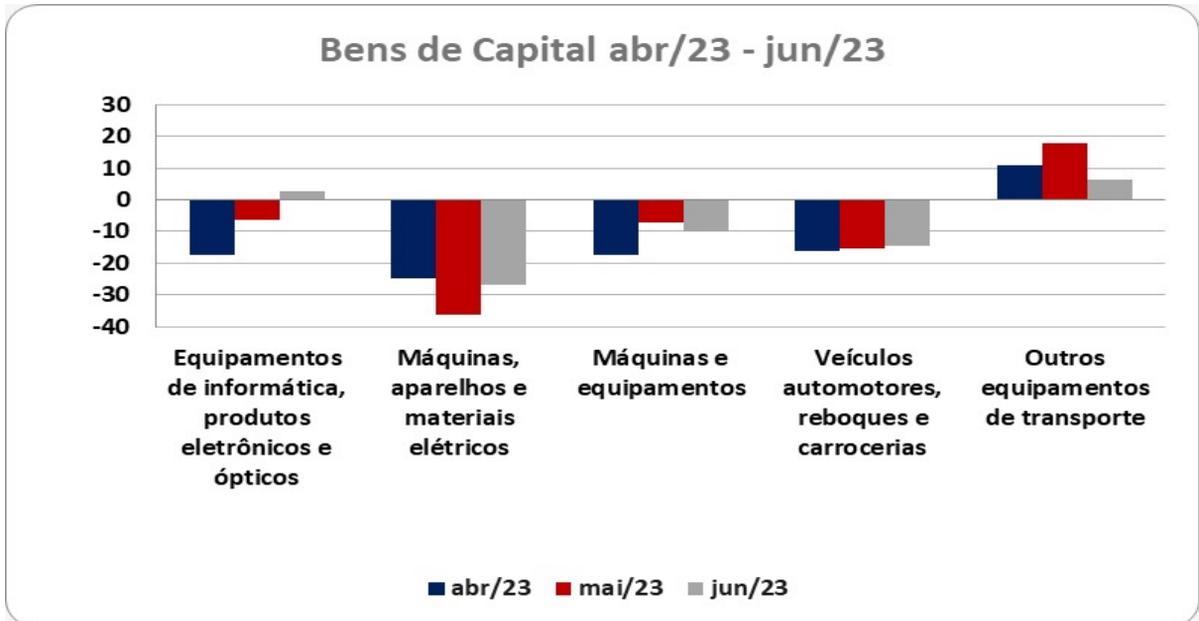
Tem se notado um padrão do IPP que tem fugido da tendência central azul em direção ao limite inferior representado na área escura. Trata-se de

uma anomalia que o mercado denomina como “recorde”, e pôr a deflação do IPP perdurar há 12 meses. Em junho, menor valor da série histórica, o maior responsável foi o setor de alimentos. As indústrias extrativas, refino de petróleo, outros produtos químicos, papel e celulose e as ligadas a alimentos também sofreram diminuições intensas. As cotações menores das commodities chave permitem o possível barateamento da produção nos complexos produtivos nacionais, pois melhoram a aquisição de matérias primas ou componentes e possibilita um perfil mais amistoso dos custos de produção no país. Este fato possui relevância, pois dinamiza a competitividade das exportações frente ao câmbio valorizado que introduz a concorrência dos importados. A menor cotação do dólar também influi nos custos dos segmentos dependentes dos insumos produzidos fora do Brasil.

A tendência do INCC acumula +2,99 % com variações entre +5,93% e +7,49% para 2023.

Indicadores de Produção Nacional

Bens de Capital



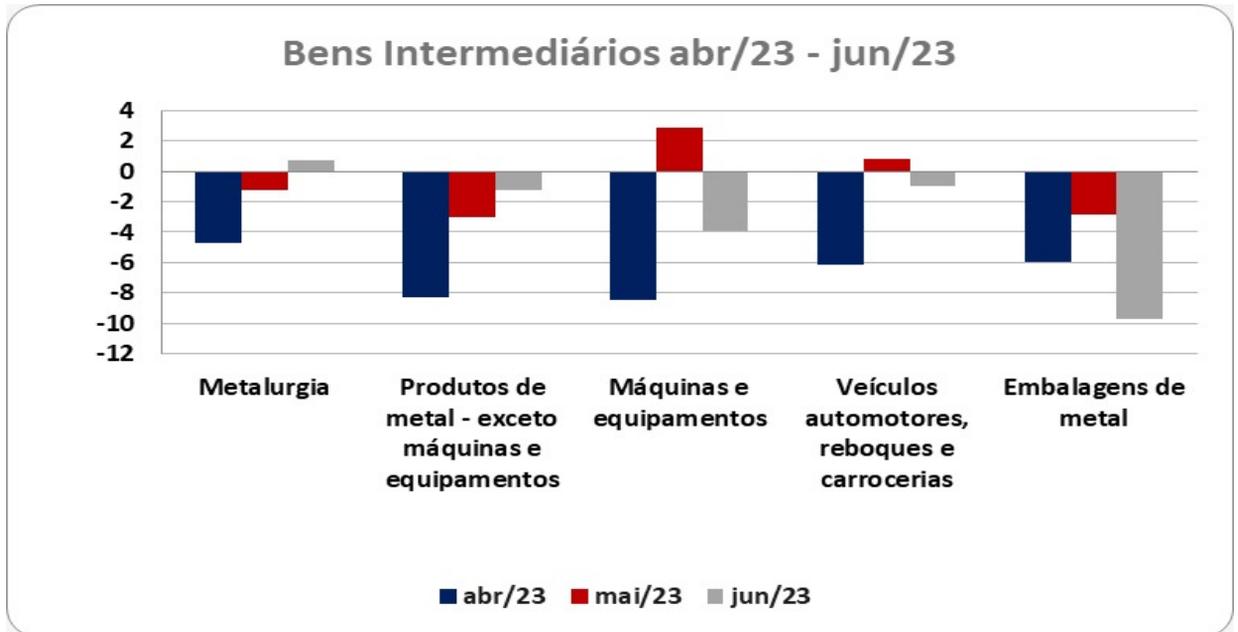
Fonte: PIMPF

No setor de bens de capital se relata o desempenho positivo de “Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos”, 2,7% e “Outros equipamentos de transporte”, 6,3% nos dados disponibilizados pelo IBGE. Os demais com performance sofrível. As razões associadas se encontram no baixo desempenho negativo das máquinas agrícolas, 6,8% e de máquinas destinadas a construção civil, 10,7%. Há uma clara relação entre a contração da produção dos bens de capital com atividade econômica e demanda

menores no segundo trimestre. Há uma perspectiva de melhora no segundo semestre em torno de 13% segundo a ABIMAQ. Os componentes produzidos pela indústria de bens de capital sofreram redução nas exportações e aumentos nas importações.

Indicadores de Produção Nacional

Bens Intermediários



Fonte: PIMPF

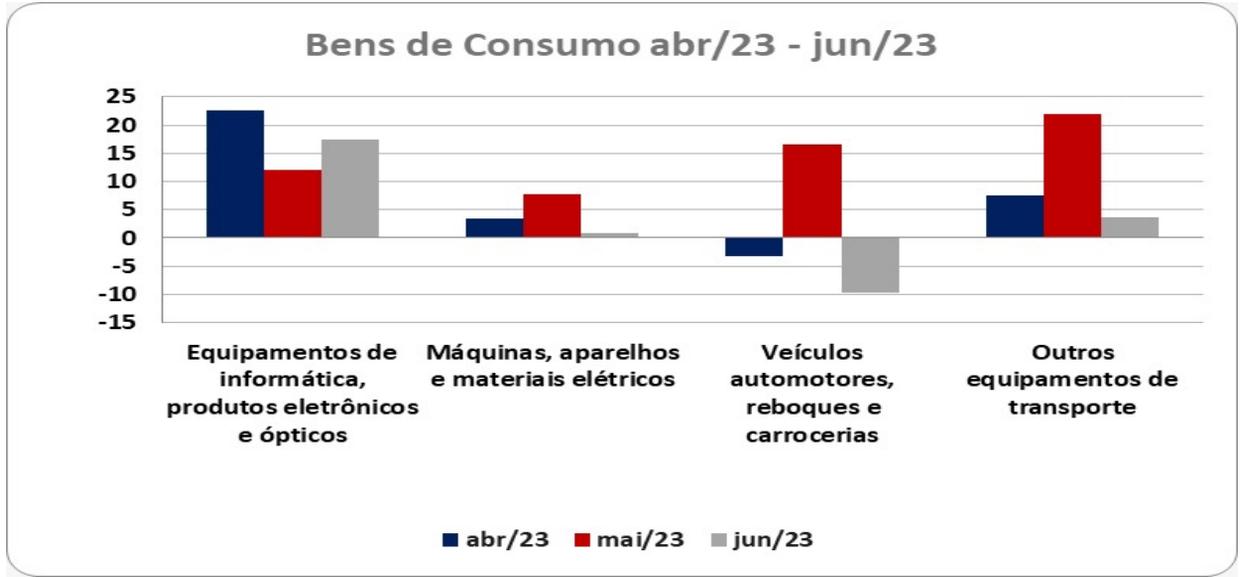
Somente a Metalurgia registrou um aumento de 0,7%, revertendo momentaneamente as sucessivas quedas até então sofridas pelo segmento. Todo o setor segue sofrendo os efeitos das taxas de juros e expectativas e variações negativas de produção física.

Entretanto, para o desempenho mais recente que o apresentado pelo IBGE no gráfico, a ABIMAQ e Fenabreve relatam aumento de 0,5% na receita em julho.

Os bons resultados contábeis se devem a vendas de componentes para bens de capital, máquinas para logística, construção civil e máquinas para infraestrutura. Nas transações com o mercado externo, tanto importações como exportações aumentaram para os três últimos citados na sentença anterior. Cabe ressaltar que o descrito sobre esses segmentos dão alicerce ao relatado a seguir para bens de consumo.

Indicadores de Produção Nacional

Bens de Consumo



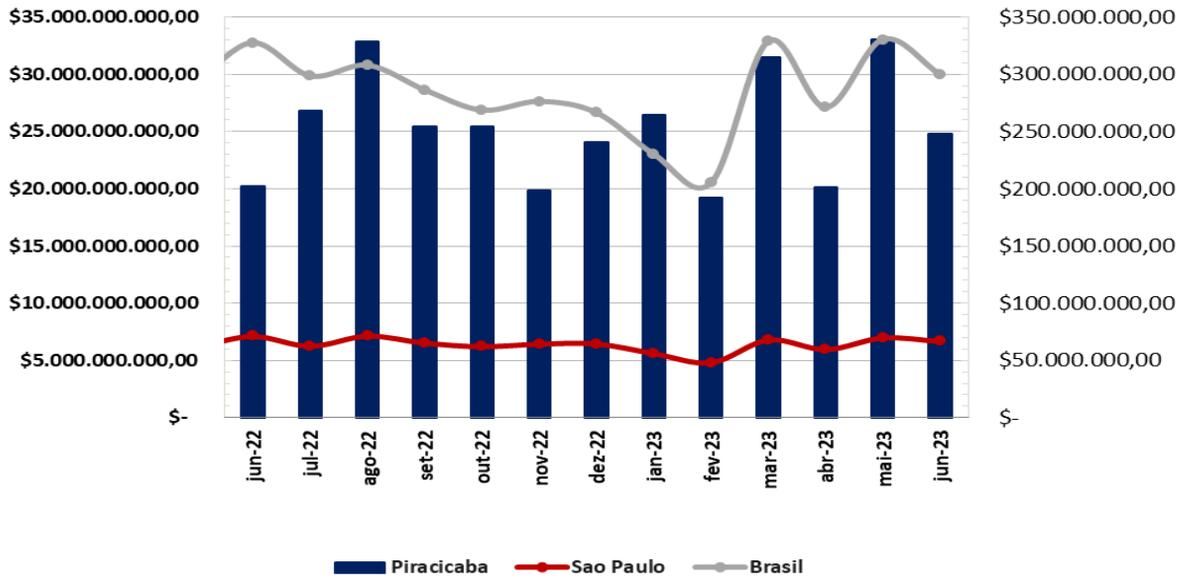
Fonte: PIMPF

Os bens de consumo duráveis apresentam um cenário mais positivo: “Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos”, 17,4%; “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos”, 0,8%; “Outros equipamentos de transporte”, 3,7%. de crescimento.

A redução da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias em junho de 2023 se deve ao fim dos incentivos governamentais e às baixas expectativas de vendas nos próximos meses.

Balança comercial

Resultado de exportação entre 06/22 - 06/23



As exportações no mês de junho alcançaram resultado inferior ao de maio mais uma vez sendo fortemente influenciadas pelo resultado das exportações das commodities agrícolas, principalmente dos grãos.

A cidade de Piracicaba exportou o total de \$248.330.829,00 dólares, este resultado é inferior ao mês de maio, estando 25% abaixo. Porém o resultado foi melhor que o ano anterior no mesmo período, atingindo alta de 23%. A cidade de Piracicaba é caracterizada por exportar peças e componentes de reatores nucleares e bulldozers.

No estado de São Paulo o resultado de exportação foi de \$6.679.860.535,00 de dólares, 5% inferior ao mês de maio. No mesmo sentido,

as exportações foram inferiores em relação ao ano anterior no mesmo período, atingindo a queda de 6%. O estado de São Paulo tem como fundamentos a exportação de óleos brutos de petróleo e produtos oriundos da indústria sucroalcooleira.

Por último, o resultado de toda a federação também foi negativo, exportando o total de \$29.959.414.070,00 de dólares, queda de 9% em relação a maio. Em relação ao ano anterior no mesmo período, queda de 9%. Vale destacar que no mês de junho produtos como a carne bovina tiveram protagonismo nas exportações, além de grãos como milho e soja. Todos os dados foram retirados da plataforma ComexStat.

Reforma tributária – algumas considerações

A reforma tributária, que entrou em processo de votação e negociação no início de Julho, deve trazer alguns impactos positivos e negativos para a economia brasileira. Porém, é de conhecimento geral que o atual sistema tributário brasileiro é pouco transparente, gera insegurança jurídica e apresenta altos custos de conformidade.

Como medida de morosidade no sistema, tome-se em consideração que dentro os 190 países analisados no relatório Doing Business, elaborado pelo Banco Mundial, o Brasil fica na posição 184 quando o assunto é facilidade de pagar impostos.

Enquanto nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são utilizadas 158 horas por ano para pagamento de impostos, no estado de São Paulo são dispensadas 1501 horas por ano.

A reforma tributária é considerada necessária para reduzir a complexidade do sistema tributário brasileiro e, ao contrário do que vem sendo propagado, ela vem sendo discutida desde 2019 ainda no governo interino de Michel Temer.

Um dos principais pontos da reforma é a unificação do PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Sobre esta questão há duas propostas: a PEC 45 e a PEC 110. Enquanto na primeira o IBS unificaria os cinco impostos, seguindo o modelo do Imposto

sobre Valor Agregado (IVA), não cumulativo, com alíquota uniforme e investimentos livres de tributação, entre outras características, na segunda, haveria um IBS (Imposto sobre bens e serviços – PIS, CONFINS e IPI), nacional, e um CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços – ISS e ICMS), subnacional.

Segundo o economista Paulo Gala, as empresas inscritas no regime SIMPLES têm a opção de escolher entre o recolhimento integral ou simplificado. Além disso, as empresas que adquirem produtos ou serviços de fornecedores que estão no SIMPLES poderão se creditar do IBS/CBS, na proporção em que foi recolhido.

Essas mudanças devem começar a ser implementadas em 2026 e ser totalmente executadas em 2033, porém algumas mudanças podem ocorrer antes a partir de medidas votadas pelo congresso.

É esperado que alguns produtos ou serviços tenham alíquotas reduzidas como: Serviços de educação; Serviços de saúde; Medicamentos; Dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; Medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano,

Reforma tributária – algumas considerações

metropolitano, intermunicipal e interestadual; Produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; Insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; e Produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas; Atividades artísticas e culturais nacionais e Bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética

Outros devem ter imposto seletivo ou alíquota maior: Cigarros; Bebidas alcoólicas; e Produtos prejudiciais ao meio ambiente

E outras categorias podem ser beneficiados com isenções (alíquota zerada): Dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; Medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; Produtos hortícolas, frutas e ovos; Serviços de educação superior no âmbito do Prouni; Produtores rurais sob certas condições.

Em geral, a reforma deve ter impactos positivos e negativos, dentre eles:

Positivos:

- Simplificar, unificar e uniformizar o sistema tributário, não havendo mais diferenciação entre produtos e serviços

- Reduzir custos com gestão de tributos nas empresas;
- Reduzir o tempo para pagamento de tributos;
- Dar fim à guerra fiscal na cobrança de impostos entre estados;
- Desonerar exportações e investimentos;
- Dar transparência no pagamento de tributos pelo consumidor

Negativos:

- Implementação difícil e complexa;
- Insegurança jurídica durante a transição, com incertezas quanto ao tamanho das alíquotas;
- Dificuldade em manter a competitividade interna com impostos iguais entre produtos importados e nacionais;
- Provável aumento de impostos para os setores de serviços e tecnologia;
- Intensificação das desigualdades regionais com a extinção de incentivos fiscais; e
- Perda de autonomia tributária de estados e municípios.

Boletim Focus – 28/07/2023

Ano	IPCA (%)	PIB (var. %)	CÂMBIO (R\$/US\$)	SELIC (% a.a.)
Hoje	3,99 ¹	2,20 ²	4,80 ³	13,75
2023	4,84	2,24	4,91	12,00
2024	3,89	1,30	5,00	9,25

1-Acumulado do IPCA em 12 meses (IBGE, julho de 2023)

2-Previsão IPEA para o PIB em 2023 (IPEA, julho de 2023)

3-Média mensal do dólar em julho (CEPEA, julho de 2023)

Fonte: Banco Central

Nesta seção consta uma tabela com a síntese do Boletim Focus publicado no último dia 28 de julho pelo Banco Central do Brasil (BCB). Nesta edição, observa-se a alteração de algumas das previsões em comparação com o mês anterior.

O IPCA, por exemplo, está com uma previsão de 4,84% para o ano de 2023. No mês anterior, essa mesma previsão era de 4,99%. Esta redução se dá pela diminuição dos preços dos produtos industriais, assim como a diminuição do preço da gasolina anunciado pela Petrobras em junho. Este resultado pode se reverter com os aumentos recentes em agosto. Para 2024, espera-se que, ainda que a inércia inflacionária seja menor assim como a pressão em cima do setor de serviços.

O PIB, por sua vez, não teve mudança em sua expectativa de crescimento para 2023 e 2024. Para 2023, após um surpreendente primeiro trimestre alicerçado pelo crescimento da agropecuária, que pode crescer menos até o final do ano. Além disso, deve haver crescimento do consumo, devido ao provável crescimento da renda. Para 2024, analisa-se os possíveis impactos

do El Niño para as safras agrícolas.

A taxa de câmbio teve uma melhora em sua expectativa para 2023 e 2024. Para este ano, o início do ciclo de cortes de juros deve afetar para baixo o câmbio no segundo semestre de 2023, assim como uma possível alta nas taxas de juros americanas. Para 2024, com a promessa do Governo Federal de obter déficit primário nulo, o câmbio se beneficia.

Por fim, a previsão da taxa SELIC se manteve a mesma. Espera-se que o COPOM inicie o ciclo de diminuição da taxa de juros de forma gradual, de maneira a não criar uma pressão inflacionária que é justamente o que este está combatendo. Assim, estima-se que em 2023 a SELIC ficará nos 12,00% e, em 2024, nos 9,25%. Este cenário para a SELIC brasileira é positiva, e está em conjunto com a situação otimista da América do Sul.



Expediente

O Boletim de Conjuntura Industrial de Piracicaba é elaborado mensalmente pelo Grupo de Extensão em Economia e Gestão e Desenvolvimento sustentável – GEEDES e Grupo de Extensão e Pesquisa em História e Evolução da Agricultura e dos Complexos Agroindustriais – GEPHAC.

Autores

Carlos Eduardo de Freitas Vian
Bruno Pissinato
Catarina Barbosa Careta
Cristiane Feltre
Dirceu Victor Rodrigues Carriel
Guilherme Schnoveber Assunção
Hebrom Bispo do Santos Silva
Israel Soares dos Santos
Jan Marc Paes de Barros Smid

SIMESPI

Gestão 2023 - 2025
Presidente: Érick Gomes
1º Vice-Presidente: Paulo Estevam Camargo
2º Vice-Presidente: André Simioni



**Boletim de
Conjuntura
Industrial**

Piracicaba